

# José Saramago, transiberista

ANTONIO SÁEZ DELGADO

Universidade de Évora

Centro de Estudos Comparatistas

É muito frequente, por não dizer um lugar-comum, que qualquer revisão científica ou divulgativa sobre o tema do iberismo realizada nas últimas décadas inclua o nome de José Saramago. É uma prática que tem sido habitual não só numa perspetiva nacional, mas também internacional: diríamos que praticamente toda a panorâmica diacrónica do iberismo, incluindo nesse conceito as aproximações surgidas desde o século XIX até aos nossos dias pela mão de autores portugueses, castelhanos, catalães, galegos ou bascos (com todas as evidentes diferenças existentes entre elas), inclui ou, preferentemente, finaliza com o nome de José Saramago. O autor d'*A jangada de pedra* transforma-se, assim, no último elo de uma genealogia plural e múltipla, cujo suposto final foi anunciado pelo próprio Saramago: “¿El iberismo está muerto? Sí. ¿Podremos vivir sin *un* iberismo? No lo creo” (Saramago, 1990a: 9).

Passadas já mais de três décadas da publicação do romance referido, profusamente analisado, parece o tempo propício para realizar uma aproximação ao tema da identidade em Saramago, tendo como ponto de partida não

*A jangada*, mas os textos e as opiniões dispersas que o autor, desde os anos oitenta, dedicou ao tema do iberismo em artigos jornalísticos, conferências ou entrevistas. Saramago refletiu amplamente sobre este aspeto, com fundamentos e pontos de vista que geraram debate e que, por vezes, provocaram controvérsias de notável dimensão. Foi sempre, em todo o caso, fiel às suas convicções, e nunca se poupou de as defender publicamente. Talvez, exatamente por isso, valha a pena mais do que nunca visitar esses fragmentos espalhados, reuni-los e tentar reconstruir o discurso que o autor edificou sobre um assunto que, por um lado, fere com extraordinária facilidade suscetibilidades diversas, e, pelo outro, tem atingido nos últimos tempos uma atualidade fora de toda dúvida no mapa ibérico, sabedores como somos de que, como escreveu o crítico basco Iñaki Uriarte, “el antinacionalismo es tan embriagador como el nacionalismo” (2010: 66).

José Saramago é, portanto, não apenas um dos nomes incontornáveis quando falamos de iberismo, como, provavelmente, o último iberista. Mas, poderíamos interrogar-nos, e julgo que com toda a pertinência: o último iberista de que iberismo? Qual é o iberismo que finaliza com José Saramago? Porque o conceito de iberismo ou, melhor, o termo “iberismo”, tem sido usado para definir propostas e posições realmente diversas durante os dois últimos séculos, incluindo projetos de aproximação sociopolítica, económica ou cultural, ou, até, teorias anexionistas com ecos de impérios passados. Nesse sentido, para definir com mais rigor o objeto do nosso estudo, e também para nos situarmos numa perspetiva mais plural e dinâmica, defendemos, de acordo com investigadores como Garcia (2007), Rina (2016) ou Matos (2017), o uso do termo em plural (“iberismos”) e não em singular, como um pequeno mecanismo simbólico que permita começar a traçar diferenças entre as propostas que focam o mesmo assunto desde perspetivas radicalmente diferentes.



Dois notáveis especialistas portugueses na matéria, Matos (2007: 170) e Sardica (2013: 24-26), estabelecem, em linhas gerais, três diferentes modelos de iberismo:

- 1) Um iberismo económico, cuja proposta básica é a abolição das fronteiras, e que tem por vezes coexistido com fórmulas de união política;
- 2) Um iberismo político, apologista da integração de Portugal e Espanha numa unidade política comum, através de duas fórmulas possíveis: a monárquica (com uma única coroa) ou a federalista-republicana, que domina boa parte das propostas da segunda metade do século XIX em Portugal (com lugar de destaque para Antero de Quental, autor de *Portugal perante a revolução de Espanha* [1868] e de *Causas da decadência dos povos peninsulares* [1871]), como consequência da empatia com a revolução espanhola de 1868;
- 3) Um iberismo cultural, que defende uma aproximação entre Portugal e Espanha baseada não na política, mas no conhecimento e na cultura, cujo ponto de partida essencial poderíamos situar na *História da civilização ibérica* (1879) de Oliveira Martins, um livro que para Unamuno ([1911] 1964: 17) deveria ser “el breviario de todo español y de todo portugués culto”.

Os iberismos oitocentistas partem, apesar das suas diferenças, de uns princípios em comum: o sentimento de decadência da raça latina e a necessidade de autoafirmação num contexto internacional dominado pelo surgimento de novas realidades nacionalistas. E, embora concordemos com Urrutia quando afirma que “el iberismo como teoría es una construcción de las élites políticas” (2012: 141) e com Pérez Isasi quando qualifica o iberismo como “un movimiento político fracasado (...) que no llegó a tener una implantación



social reseñable ni influencia política inmediata” (2014: 77), apesar de tudo isso, e da falta de apoio popular às teses iberistas, deve ser destacado que os escritores e intelectuais portugueses dedicaram ao assunto, só nas três décadas que seguem a 1851 (ano de publicação de *La Iberia*, do catalão Sinibaldo de Mas), mais de centena e meia de títulos (Catroga, 1993: 563).

Estamos, portanto, perante um movimento que apenas motivou uma elite, e que foi condenado ao fracasso, ou, melhor, a uma vida sem vida fora dos textos, mas com uma forte implantação intelectual. Uma proposta exposta à determinação fatal do “silêncio histórico” (refiro-me aos factos históricos), apesar da grande produção de discurso teórico gerado à sua volta, que facilmente poderia acabar no território simbólico da utopia, um espaço, como sabemos, visitado com frequência por José Saramago. E chegamos aqui ao ponto central desta nossa reflexão: falámos em iberismo económico, em iberismo político, em iberismo cultural. Mas, qual deles é o iberismo de José Saramago? Qual a sua genealogia na construção da utopia ibérica?

O pensamento iberista de Saramago, subjacente n’*A jangada de pedra* e espalhado por textos breves e dispersos do ponto de vista editorial, tem sido situado pacificamente pela crítica dentro do denominado “iberismo cultural”, aquele que, na divisão tripartida já referida, propõe a aproximação dos dois Estados, ou das diferentes nacionalidades da península, através do conhecimento e da cultura, sem nenhuma fórmula de unificação política. É aí, nesse espaço teórico, que encontramos quase sempre José Saramago como o “último iberista”, como o elo final dessa tradição moderna. Nesse iberismo cultural, Saramago partilharia laços de família com outros autores portugueses do século xx, também incluídos na mesma filiação, como Teixeira de Pascoaes (cujo saudosismo foi irmão do *enyorantisme* catalão; cf. Martínez-Gil, 2017:



22-35), Fernando Pessoa (que sonhou com uma Ibéria que comandaria um “imperialismo futuro” a partir da cultura; cf. Pessoa, 2012), José de Almada Negreiros (cujos textos de 1935 nos cadernos *Sudoeste* revelam um discurso a favor da “civilização ibérica”, mas nunca da “união ibérica”; cf. Almada Negreiros, 1935: 5), Miguel Torga (cujo conceito de identidade ibérica tem sido vinculado por Grossegeesse [2009] ao do Saramago d’*A jangada de pedra*) ou Eduardo Lourenço, arquiteto do pensamento mais lúcido sobre Portugal, Ibéria e as suas relações com esse atrativo fantasma chamado Europa.

Do outro lado da fronteira, são habitualmente situados neste mesmo espaço do iberismo cultural o galego Valle-Inclán, o catalão Joan Maragall, o basco Unamuno ou o castelhano Clarín, por referir apenas uns quantos exemplos significativos, apesar das imensas diferenças conceituais existentes entre todos eles. Porque o chamado iberismo cultural é, com muita frequência, uma espécie de gaveta de alfaiate do próprio iberismo, um tipo qualquer de *arcádia* onde situar autores com opiniões muito diversas, mas que dificilmente (ou perigosamente) se poderiam incluir no âmbito do iberismo económico ou cultural. É evidente que os gritos que se ouvem ao abrir, no arquivo da História, a gaveta do iberismo político são muito mais altos e violentos que aqueles que ouvimos ao abrir a do iberismo cultural, cheio de boas intenções e de projetos de colaboração. Mas, pergunto-me eu, mais uma vez: será que o iberismo de Saramago, que gerou consideráveis trovoadas sociopolíticas, não projeta a sua voz por cima da grande parte dos discursos do pacífico iberismo cultural? Em outras palavras: o iberismo de José Saramago, tendo, como é natural, uma componente cultural, será realmente apenas cultural? Deverá continuar a permanecer nesse espaço crítico?

Os textos de Saramago sobre o assunto ibérico surgem essencialmente na ressaca da publicação d’*A jangada de*



*pedra*, na sequência (realmente quero dizer como réplica) da entrada de Portugal e Espanha na então chamada Comunidade Económica Europeia. Se os iberismos oitocentistas eram a resposta perante um sentimento de decadência da raça latina, num contexto de profundas mexidas dos nacionalismos europeus, o iberismo de Saramago, salvadas as distâncias históricas, é fruto da consciência radical do esquecimento, ignorância ou prepotência com que a Europa olhava para a realidade ibérica e, muito especialmente, para o papel de Portugal no continente. Não é gratuito que num texto de 1989, intitulado exatamente “Europa sim, Europa não”, Saramago escreva: “Esse romance (*A jangada de pedra*) em que afasto a Península Ibérica da Europa, não precisaria dizê-lo, é o último efeito de um ressentimento histórico” (Saramago, 1989: 32).

Um dos primeiros textos onde Saramago reflete sobre o iberismo é numa entrevista com Inês Pedrosa de novembro do ano fulcral de 1986. Nessa entrevista, Saramago marca a distância da Península em relação à Europa com uma fórmula que parece ditada por um tratado de anatomia patológica, algures também lido por Fernando Pessoa (afirma Saramago: “A Península [...] foi sempre vista como qualquer coisa de apendicular” [Saramago, 1986: 24]; e Pessoa [2012: 112]: “Extra-pertencemos à Europa, somos uma espécie de adjacência civilizada”). No meio da conversa, Saramago põe sobre a mesa o primeiro argumento sobre o qual vai assentar a sua teoria iberista: a necessidade de uma Espanha plural, onde coabitassem todas as nacionalidades:

Quando a Espanha reconhece, no seu seio, o direito à diferença, quando a Espanha olha para si própria como Catalunha, Galiza, etc., não há perigo de que Portugal seja atraído, à força ou a jeito, para integrações desse género. Temos procedido como se continuássemos a seguir a doutrina do nosso ditador



em relação à Espanha: “Orgulhosamente sós.” Mas é um pobre orgulho, este, que atua por medo de confrontação com o outro. Transformamos os complexos em agressividade gratuita e não saímos disto; seria preciso imaginação, inteligência da História. (...) Quando pensamos em Espanha pensamos em Castela, e Castela já não tem o significado histórico que teve (Saramago, 1986: 25).

Este seria, de facto, o primeiro patamar na construção do pensamento iberista de Saramago: a confirmação da necessidade de uma Espanha múltipla e plural, constituída por um Estado articulado por várias nacionalidades em pé de igualdade, que facilitaria o diálogo com Portugal. Não seria, como em Almada Negreiros, um diálogo dual Portugal-Espanha (focado nos centros Lisboa-Madrid), mas uma conversa coral entre várias vozes, passado o perigo de Castela. A mesma ideia aparece mais desenvolvida e com mais força em uma reflexão primordial para a compreensão do projeto, cuja última versão teve como título “Mi iberismo”, em 1990. Estamos perante um texto essencial por uma razão principal: o seu carácter claramente programático, como podemos deduzir da vontade expressa pelo autor já no início do mesmo:

No es esta la primera vez que me pregunto sobre las causas y circunstancias que, en estos últimos años de mi vida, me han convertido en casi obligada referencia, por parte portuguesa, siempre que sale a la luz la vieja cuestión del iberismo. (...) cualquier identificación que se haga de mi trabajo literario o de mi intervención cívica y política con un cuerpo de doctrina, plan de acción o una estrategia que apunten al resurgimiento o a la reactivación de la *cuestión ibérica* tendrá que plegarse, o al menos no ignorar, los argumentos y precisiones aquí expresados (Saramago, 1990a: 5).



Encontramos aqui, de facto, um Saramago plenamente consciente da sua pertença à genealogia iberista e com vontade manifesta de produzir um texto programático. Em “Mi iberismo”, Saramago insiste na ideia de uma Espanha necessariamente plural, com um espírito baseado no respeito rigoroso das diferentes nacionalidades:

(...) creo que he empezado a comprender mejor a España conforme iba reconociendo e identificando, en la plenitud de su expresión, las diversidades nacionales que veía emerger de la unidad estatal, lo que resultó, por último, supongo que por un proceso no completamente consciente, una forma de *apagamiento* subversor de la imagen de España adquirida por vía pasiva a favor del *surgimiento* irresistible de una constelación socio-histórico-cultural poliforme, literalmente fascinante. (...) la evidencia de la posibilidad de una nueva relación que sobrepusiera al diálogo entre Estados, formal y estratégicamente condicionado, un encuentro continuo entre todas las nacionalidades de la península (Saramago, 1990a: 6-7).

Parece, assim, lógico, na esteira de um iberismo histórico de raiz anterior, que o seguinte passo do discurso construtivo de Saramago seja, após o reconhecimento da pluralidade territorial, a constituição de uma Federação em Espanha, como passa a ser recorrentemente assinalado pelo autor. Numa entrevista realizada em 1989 pelo escritor espanhol César Antonio Molina, Saramago dá esse passo, passando da definição de uma Espanha plural para uma Espanha federal:

(...) nosotros tenemos que inventar un iberismo nuevo. (...) Toda nuestra relación con España debe ser, en mi opinión, desarrollada multilateralmente. En una relación entre Estados y en una relación entre nosotros; es decir, nosotros los portugueses y cada una de las nacionalidades de España (...) Pero si mañana España se transformara en una federación (...)



eso suscitará cuestiones nuevas. Los vínculos de Portugal con una España federativa provocarían la revisión total de la relación. Porque las relaciones que ahora se harían o se harán, en el plano cultural, entre Portugal y cada una de las nacionalidades de España y del estado español, en esa nueva situación, serían cualitativamente distintas porque el grado de identidad, el grado de autonomía propia de esas mismas nacionalidades en el nuevo cuadro federativo sería tan fuerte que debería, creo yo, a lo mejor obligar a considerar el conjunto de las nacionalidades de la Península Ibérica en una perspectiva más global (Saramago, 1990b: 268-269).

Nesta entrevista aparece com força a imagem da Espanha federal como passo prévio indispensável para a construção de uma eventual unidade maior de natureza ibérica. No entanto, o escritor manifesta-se contrário à integração política de Portugal, e aposta com mais claridade pela necessidade da dimensão cultural. A Espanha seria, assim, uma “constelação sócio-histórico-cultural polimorfa”, e é essa constelação que daria lugar, na utopia ibérica saramaguiana, a uma federação de nacionalidades que apagaria boa parte do rancor histórico a Castela, produzindo uma nova relação entre Portugal e o eventual estado federal espanhol. Ficaria assim superado aquilo que Eduardo Lourenço definiu como “a doença infantil do nosso nacionalismo”. A partir de aqui, o passo seguinte seria imaginar a relação de Portugal com essa Espanha federal, como ponto de partida para uma organização superior do espaço ibérico. Num texto fundamental, o da conferência “Ibéria entre Europa e América Latina”, proferida em 1993 em Edimburgo, explica Saramago:

Há algum tempo, em entrevista dada a um jornal espanhol, arrisquei-me a exprimir uma ideia, que logo tentei justificar, de que se Espanha viesse, algum dia, a transformar-se em



federação, tal facto, além das profundas consequências que teria no relacionamento entre as suas diversas partes, obrigaria provavelmente a uma reconsideração total da relação entre os dois países da Península Ibérica, em todas as suas expressões, com particular relevância para a comunicação e para os intercâmbios culturais. Porque (e esta era a chave do meu raciocínio) o grau a que nesse caso seriam levadas, pela própria força expansiva da decisão, a identidade e autonomia próprias das várias nacionalidades no quadro federativo do Estado espanhol, impor-nos-ia a todos, portugueses e espanhóis, a necessidade de reexaminar, de alto a baixo, a questão das nacionalidades da Península, a portuguesa e todas as de Espanha, a partir de um ponto de vista histórico novo, nacionalmente menos desconfiado e culturalmente mais racional e produtivo. Desta situação, distinta em qualidade, não teríamos necessariamente de passar, por uma espécie de fatalidade mecânica ou divina, à fusão dos dois atuais Estados ibéricos, ou, por outras palavras, à entrada de um Portugal velho e intacto numa federação espanhola recém-nascida, mas sem dúvida criar-se-iam condições favoráveis a uma inédita harmonização estrutural – refiro-me ao complexo das culturas da Península – em que, de uma certa maneira, Espanha desapareceria, para em seu lugar surgir uma organização superior do espaço ibérico (...) (Saramago, 1993a).

Saramago marca com estas palavras o caminho para uma “inédita harmonização estrutural” no “complexo das culturas da Península”, que provocaria a desaparecimento de Espanha, para dar passo a uma “organização superior do espaço ibérico”. Parece-me estarmos, evidentemente, perante uma proposta que ultrapassa o plano cultural. Gómez Aguilera marcou o caminho, quando escreveu que Saramago “defende a união do seu país e de Espanha sob uma perspectiva plurinacional de coesão territorial, económica e administrativa, que respeitasse as singularidades culturais, sobrepondo-se aos receios



entre ambos os Estados” (Gómez Aguilera, *in* Saramago, 2010: 413). Poderíamos arguir que em Saramago cultura e política são elementos com frequência indissociáveis, e é verdade. Mas penso que a proposta iberista de Saramago tem na sua matriz uma forte componente política, articulada através de fórmulas de convívio entre os habitantes de todas as nacionalidades da península, que não deve ser nunca posta de lado. Ele sabe que o problema nuclear é Espanha enquanto Castela, e por isso não articula um iberismo polarizado nos grandes focos de poder (Madrid-Lisboa), nem sequer uma teoria tripartida, como fizeram alguns iberistas do início do século XX (um bloco atlântico; um bloco central; um bloco mediterrânico), mas um iberismo múltiplo, profundamente plural e dinâmico, em que estariam envolvidos todos os povos peninsulares. Ele próprio falou da dificuldade política da sua teoria numa entrevista com Clara Ferreira Alves, de agosto de 1993:

Há uma afinidade ibérica que pode funcionar. No plano político e cultural, uma reconsideração dos laços ibéricos não é para já, mas acabará por ser uma fatalidade. E não venham os nossos políticos dizer: “Espanha nunca”, porque caem em contradição. Não se pode dizer sim à Europa e não à Espanha com coerência. (...) Num quadro político diferente, por exemplo, o de uma Espanha federativa, num espaço ibérico constituído desta maneira, Portugal teria a vantagem de representar nesse espaço um quinto da população (Saramago, 1993b).

E é exatamente neste contexto discursivo, quando uma Espanha federal poderia dar lugar a uma organização superior, também federal ou confederal, chamada Ibéria, que Saramago cria esse “iberismo novo” de que falou em “Mi iberismo”. Plenamente consciente da necessidade de “*um* iberismo”, lança a proposta do Transiberismo, através



do qual essa Ibéria do diálogo múltiplo e sem eixos tradicionais de hegemonia apostaria pelo Sul, em vez de pelo Norte (chame-se Europa), na construção de um novo paradigma internacional. São conhecidos os fragmentos em que Saramago reconhece ter dirigido os melancólicos olhos, desiludido pelo projeto europeu, para o Sul, para a América Latina, onde a língua portuguesa e a espanhola ainda resistem à “língua do império económico” (Saramago, 1990a: 8). Saramago chega a afirmar que a Península encontrará na América Latina “o rosto plural e próprio” (Saramago, 1990a: 8-9), porque o transiberismo seria a fórmula que viria substituir esse velho iberismo morto. Na conferência referida de 1993, escreve:

Eu sugiro que substituamos o velho iberismo, morto e inviável nos tempos de hoje, por um sentido transiberista da nossa posição no mundo, um iberismo à medida das necessidades do nosso tempo (...) a sua realização plena só poderá ser alcançada com a participação de todos os povos e de todas as culturas da Europa, sem exceções que matam nem hegemonias que assassinam – o que pressupõe, provavelmente, a necessidade de um entendimento também novo da Democracia (Saramago, 1993a).

E, numa entrevista de 1994 no andaluz *Diário de Córdoba*, incide não apenas na visão cultural, mas também, mais uma vez, na política:

O transiberismo seria um conceito superador do iberismo tradicional, que englobaria os países de tradição ibérica na América e em África. E, caso conseguisse a sua instauração entre os pensadores e políticos, chegaria a ser a grande criação de uma época; mas para isso teríamos de ter uma visão histórica especial e decisiva (Saramago, 1994).



É no meio de um discurso não apenas cultural, mas também de natureza política, e certamente desassossegador desse ponto de vista para as elites do poder, que devemos interpretar a polémica com que a opinião pública recebeu, em 2007, uma bem conhecida entrevista de João Céu e Silva em que Saramago vaticinava que Portugal acabaria por integrar-se em Espanha. A trovoada que esta opinião suscitou foi não só de natureza cultural, mas também, e sobretudo, política, como o demonstram as opiniões de vários representantes públicos, interessados em conduzir (ou reduzir) o discurso de Saramago ao âmbito da cultura, sem mais. A resposta do Embaixador António Martins da Cruz foi suficientemente esclarecedora, neste sentido: “O iberismo não se coloca hoje. (...) (Saramago) sabe de literatura; que escreva e deixe a política para os políticos e a estratégia para os estrategas” (*Diário de Notícias*, 16/07/2007: 20).

A trovoada, porém, teve eco em numerosos países, e em todos eles foi tratada pela imprensa como um debate de natureza política. A hiperidentidade portuguesa sentiu-se, do ponto de vista do poder político comprometido com a construção europeia, mais uma vez em causa, em perigo, por culpa de Saramago. Daí que fosse mais fácil, mais “estratégico”, simplificar a proposta iberista de Saramago, o Transiberismo que tem como base uma Ibéria federal, e reduzi-la ao domínio estrito da cultura. Mas não nos enganemos, não é só isso. Saramago sabia perfeitamente, como ele próprio disse, que “ser ibérico equivalia, ou equivale, a roçar perigosamente a traição” (Saramago, 1990a: 8). Por isso era fundamental criar uma nova fórmula, um novo iberismo, cultural e político.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA NEGREIROS, J. (1935). As cinco unidades de Portugal. *Sudoeste* 1, pp. 4-5.
- CATROGA, F. (1993). “Nacionalistas e iberistas”. Em J. Mattoso (ed.), *História de Portugal*, v. 5. Estampa. Lisboa.
- GARCIA, J. L. L. (2007). Ibéria, iberismos e iberografias. Em A. M. de Dios (ed.), *Aula Ibérica – Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)*. Universidad de Salamanca. Salamanca.
- GROSSEGESSE, O. (2009). Torga em Saramago. *Dos Poemas Ibéricos à Jangada de Pedra. Veredas*. 11: 109-130.
- MARTÍNEZ-GIL, V. (2017). *Atlàntiques: una antologia de la modernitat lusocatalana*. Em *Atlàntiques. Antologia de poetes portuguesos* (trad. I. Ribera i Rovira). Barcino. Barcelona.
- MATOS, S. C. (2007). Conceitos de Iberismo em Portugal. *Revista de História das Ideias*. 28: 169-193.
- MATOS, S. C. (2017). *Iberismos: nação e transnação, Portugal e Espanha c. 1807-1931*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- PÉREZ ISASI, S. (2014). Literatura, iberismo(s), nacionalismo(s): apuntes para una historia del iberismo literario (1868-1936). 452ºF. *Revista electrónica de teoría de la literatura y literatura comparada*. 11: 64-79.
- PESSOA, F. (2012). *Ibéria. Introdução a um imperialismo futuro*. J. Pizarro e P. J. Pérez López (eds.). Ática. Lisboa
- RESINA, J. R. (2009). *Del hispanismo a los estudios ibéricos. Una propuesta federativa para el ámbito cultural*. Biblioteca Nueva. Madrid.
- RINA, C. (2016). *Iberismos. Expectativas peninsulares en el siglo XIX*. Funcas. Madrid.
- SARAMAGO, J. (1986, 10 de novembro). A península nunca esteve ligada à Europa. Entrevista de I. Pedrosa. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, pp. 24-26.



- SARAMAGO, J. (1989, 10 de janeiro). Europa sim, Europa não. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 32.
- SARAMAGO, J. (1990a). Mi iberismo. Em C. A. Molina, *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Akal. Madrid.
- SARAMAGO, J. (1990b). Entrevista. Em C. A. Molina, *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Akal. Madrid.
- SARAMAGO, J. (1992). Discurso de José Saramago en la investidura Dr. Honoris Causa por la Universidad de Sevilla. Em *José Saramago: iberismo y ficción histórica*. Ibercaja/Dirección Provincial del Ministerio de Educación y Ciencia. Zaragoza.
- SARAMAGO, J. (1993a). *Ibéria entre Europa e América Latina*. Acedido em 5, outubro, 2018, em: <https://www.josesaramago.org/iberia-entre-europa-e-america-latina/>
- SARAMAGO, J. (1993b, 7 de agosto). Uma certa ideia da Europa. Entrevista de C. F. Alves. *Expresso*.
- SARAMAGO, J. (1994, 27 de outubro). Hay que construir una libertad cultural común. Artigo de C. de Malveolo. *Diario de Córdoba*.
- SARAMAGO, J. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. F. Gómez Aguilera (ed.). Caminho. Lisboa.
- SARDICA, J. M. (2013). *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no século xx*. Aletheia. Lisboa.
- UNAMUNO, M. (1964 [1911]). *Por tierras de Portugal y de España*. Espasa-Calpe. Madrid.
- URIARTE, I. (2010). *Diarios 1999-2003*. Pepitas de calabaza. Logroño.
- URRUTIA, J. (2012). El despertar del iberismo en torno a la revolución española de 1868. *Boletín de la Academia Argentina de Letras*. LXXVI, 313-314: 135-162.